

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS E DOS DADOS SINTÉTICOS DA CONTRATAÇÃO:
contratação de empresa especializada para execução de **serviços comuns de engenharia voltados à DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA**, mediante formação de Ata de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO - lote 01	MARCA	U/C	QTDE
01	24708	Serviço de disposição final de material inerte, proveniente de escavação em geral, em local adequado e licenciado por órgão ambiental competente, conforme legislação vigente.		Serviço em Tonelada	104.520
02	1384	Espalhamento de material em bota-fora		Serviço em m ³	60.000
ITEM		ESPECIFICAÇÃO - lote 02	MARCA	U/C	QTDE
03	24708	Serviço de disposição final de resíduos de construção civil (RCC – Classes A, B ou C) em local adequado e licenciado por órgão ambiental competente, conforme legislação vigente.		Serviço em Tonelada	1.200

SECRETARIA REQUISITANTE/GESTORA	Secretaria de Infraestrutura e Obras
SECRETARIA FISCALIZADORA	Secretaria de Infraestrutura e Obras
OBJETO	formação de Ata de Registro de Preços para futura contratação dos serviços comuns de engenharia de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA



PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA	Jeferson Pires Aragão
ORÇAMENTO	Jeferson Pires Aragão
CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO/DATA-BASE (Art. 23, § 2.º, Lei Federal n.º 14.133/2021)	R\$ 1.368.553,20 10 jan/2026
BASE DE PREÇOS PREDOMINANTE	Catálogo SCO/RJ BDI de 16,71% - ONERADO
PRAZO (art. 84 da L.14.133/2021)	01 (um) ano, prorrogável por igual período.
MODALIDADE DA LICITAÇÃO (Art. 28, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021)	Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços dividido em 02 (dois) lotes.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço global.
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço unitário

- 1.1.** Não será permitida a adesão da futura Ata de Registro de Preços por outros entes federativos, senão outras secretarias desta mesma Administração Pública Municipal.
- 1.2.** Considerando a natureza continuada da contratação, os contratos derivados da ARP poderão ser renovados/prorrogados sucessivamente na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021, permitida ainda a renovação do seu saldo inicial conforme processo de consulta nº.: CON25/00109253 – Decisão nº.: 913/2025 – TCE/SC.
- 1.3.** Não se aplica a metodologia BIM na presente contratação, apesar de representar serviço de engenharia com precificação determinada mediante tabelas referenciais da construção civil, uma vez tratar-se de item isolado de destinação final de resíduos, sem a presença de projetos básicos ou executivos para sua execução, a qual se resume à disponibilização de bota-fora devidamente licenciado.
- 1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação dos serviços de bota-fora será de 12 (doze) meses, o qual poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da Lei nº. 14.133/2021, permitida ainda a



renovação do seu saldo inicial conforme processo de consulta nº.:
CON25/00109253 – Decisão nº.: 913/2025 – TCE/SC.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO: A presente contratação é fundamentada na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Considerando as necessidades contínuas da Secretaria de Infraestrutura e Obras para atender demandas da pasta, a contratação dos serviços via Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como a alternativa mais eficiente e econômica. O SRP permite maior flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, garantindo ampla concorrência, economicidade e agilidade na utilização dos serviços conforme a necessidade. Tal estratégia visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais, conferindo destinação ambientalmente adequada aos resíduos produzidos pela Administração no desenvolvimento de suas ações.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, estando o procedimento alicerçado no art. 82 e seguintes da L. 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A contratação dos serviços comuns de engenharia para voltados à DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA, mediante formação de Ata de Registro de Preços justifica-se pelas razões relatadas a seguir:

Nova Friburgo é um município composto por várias bacias hidrográficas, com características montanhosas, é composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar um leito único no exultório. Dado o exposto, a dragagem de manutenção em corpos hídricos é necessária para manter a profundidade ao traçado do canal de projeto, ou a calha de corpos hídricos, cuja lâmina d'água é, periodicamente, reduzida devido ao assoreamento.

O serviço de dragagem/desassoreamento contribui para minimizar os impactos causados por enchentes decorrentes do transbordamento dos cursos hídricos.



Assim, considerados os serviços de dragagem/desassoreamento, que têm por objetivo mitigar as inundações decorrentes do transbordamento desses cursos d'água, promovendo melhoria da qualidade de vida da população que vive mais próximo às suas margens, esta Secretaria de Infraestrutura e Obras precisa de local ambientalmente adequado e **licenciado** para transbordo dos materiais decorrentes dos serviços realizados. Uma vez que o Poder Executivo Municipal não dispõe de terreno com tais características, a melhor solução para atendimento da demanda é a **contratação dos serviços continuados de disposição final de resíduos, comumente denominado "bota-fora"**.

Inclusive, conforme documentação anexa, para adesão do Programa Estadual "Limpa Rio", promovido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a municipalidade precisa firmar declaração de que disponibilizará bota-fora licenciado para receber o material proveniente do desassoreamento dos rios onde o serviço for executado pelo Estado, de tal sorte que, sem a indicação do respectivo local de transbordo, não lograremos êxito em trazer o respectivo serviço para nossa cidade, de suma importância, para o Município de Nova Friburgo visando o controle de inundações.

Os demais serviços realizados por esta Secretaria de Infraestrutura e Obras (manutenção viária, retirada de barreiras, obras públicas e demolições realizadas com pessoal próprio) por vezes também demandam a disponibilidade de bota-foras licenciados para disposição final de resíduos de forma ambientalmente adequada, e, considerada a indisponibilidade de terreno próprio desta Administração para receber tais resíduos sem impacto negativo em sua ulterior utilização para finalidades construtivas, necessária se faz a contratação do serviço para solução do problema.

Hoje, não dispomos de local ambientalmente adequado para disposição final de resíduos de dragagem dos rios e córregos do Município, tampouco disposição de materiais provenientes de limpeza de obras, entulhos, terraplanagens, etc.

Assim, o bota-fora a ser contratado pela Municipalidade deverá ter disponibilidade de recebimento de materiais provenientes de dragagem de rios e córregos com recebimento de material sólido e vegetação, além de materiais de entulho, obras, demolições (RCC), terraplanagem, etc, serviços de rotina realizados por esta Secretaria, o que vem a confirmar a natureza continuada de sua contratação.



No mais, além desta Secretaria de Infraestrutura e Obras acabar por absorver as demandas de demolições de imóveis interditados pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil, quando viável a realização com maquinário e/ou pessoal próprio, o Município firmou recentemente TAC – Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do processo judicial nº. 0003386-73.2010.8.19.0037 onde, em meio a diversas obrigações, consta a demolição de 14 (quatorze) imóveis, com a conseguinte remoção dos entulhos gerados, *ex vi* cls. 3.2.

A solução a ser licitada contemplará, então, a contratação de bota-fora (disposição final de materiais e resíduos de obras) em local de disposição final apropriado, devidamente autorizado e/ou licenciado pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental competentes, compreendendo o espalhamento do material transportado/depositado.

Registre-se que, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, tendo sido incluído no respectivo Orçamento estimado da contratação, a licitante deverá disponibilizar também os serviços de espalhamento do material dispensado no bota-fora a fim de não impactar negativamente a execução dos serviços de desbordo, o que poderia vir a gerar prejuízo de tempo com filas excessivas de caminhões aguardando para descarga dos resíduos.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos Itens de Maior Relevância: item 1.01 da planilha orçamentária - “DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS – BOTA FORA”.

4.2. Da Sustentabilidade: os serviços prestados deverão, nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 11, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

4.2.1. As construções e reformas devem seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Agenda 2030), com destaque para os seguintes:



- a)** Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar: segundo a OMS, as doenças pulmonares e respiratórias associadas à baixa qualidade do ambiente interno são 03 (três) das 05 (cinco) principais causas de morte. Desta forma, as construções e reformas devem primar por uma iluminação aprimorada e a melhor qualidade do ar e vegetação, características de edifícios sustentáveis, na esteira do Projeto Global *Better Places for People do World Green Building Council*, criando-se um mundo em que os edifícios não sejam apenas bons para o meio ambiente, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade do ar, mas também ofereçam uma vida mais saudável, feliz e produtiva, beneficiando a saúde dos habitantes das cidades.
- b)** Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível: os projetos de construção e reforma devem privilegiar um consumo eficiente de energia, bem como o uso de energia renovável.
- c)** Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: deve ser observado que o crescimento da demanda por construções sustentáveis é proporcional a força de trabalho necessária para entregá-las.
- d)** Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: as edificações sustentáveis devem ser projetadas para garantir sua resiliência e adaptabilidade em meio às mudanças climáticas.
- e)** Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: a sustentabilidade das comunidades e das edificações deve ser garantida a longo prazo.
- f)** Objetivo 12 – Consumo e produção responsáveis: as construções e reformas devem promover os recursos e a eficiência energética, a infraestrutura sustentável e o acesso a serviços básicos e empregos “verdes”, privilegiando a indústria de construção civil, a qual tem papel importante na prevenção de resíduos por meio da redução, reciclagem e reutilização – Princípios de “Economia Circular”, em que recursos não são desperdiçados.



g) Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: considerando que os edifícios são responsáveis por mais de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo a ONU, sendo, portanto, um dos principais contribuintes para as mudanças climáticas, deve-se privilegiar as construções sustentáveis, as quais detêm enorme potencial para combatê-las por meio de medidas como a eficiência energética.

h) Objetivo 15 – Vida Terrestre: construções ecológicas atraem a necessidade de reduzir o uso da água, valorizar a biodiversidade e garantir sua proteção, incorporando-a ao espaço durante e após a construção, de modo a minimizar danos e projetar formas de melhorá-la, como o paisagismo com a flora local.

i) Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação: a sustentabilidade do meio ambiente não deve ficar restrita a soluções técnicas, devendo abarcar a colaboração efetiva, garantindo-se que os esforços estejam alinhados para alcançar um impacto positivo muito maior.

4.3. Das Subcontratações Admitidas: serão permitidas até o limite de 30% das contratações, a critério da fiscalização, observada a norma dos arts. 67 e 122 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. Na execução dos serviços, deverá haver emissão, pela Contratada, de memória onde fique especificado, dimensionado e situado o serviço realizado, com localização clara dos itens através de croquis e/ou registros fotográficos do local e toda documentação comprobatória da execução dos serviços que se fizer necessária, com vistas a permitir a efetivação das medições, anexando-se estes documentos aos autos do processo administrativo de pagamento do objeto licitado.

5.1.1. A contratada deverá manter relatório completo e atualizado acerca da execução dos serviços, indicando origem do material constante dos manifestos, data e



volume recebidos, o qual deverá ser disponibilizado à fiscalização em até 48 horas, sempre que solicitado.

5.1.2. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente, as quais levarão em conta o quantitativo (volume/peso) do material recebido e espalhado.

5.2. Os serviços serão demandados à futura contratada com antecedência de 24h e deverão ser iniciados às 08:00 da manhã, preferencialmente em dias de semana, podendo ser solicitado aos finais de semana em situações excepcionais.

5.2.1. As quantidades mínimas diária, semanal ou mensal serão determinadas a critério da fiscalização, conforme demanda.

5.3. Natureza da Contratação: Importa registro que o serviço a ser contratado é de execução continuada, tendo em vista que sua paralisação, acaso ocorra, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades de competência desta Secretaria de Infraestrutura e Obras, conforme orientação contida no Item 3.3, "b", anexo III, da IN nº 05/2017 e art. 15 da mesma norma, a seguir colacionado:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.4. Condições Mínimas para a Contratação:

5.4.1. O licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, que os serviços de bota-fora a serem contratados disponham de todas as licenças ambientais correlatas, em nome da empresa ou do(s) titular(es) da(s) área(s) a ser(em) utilizada(s), demonstrando, neste último caso, vinculação contratual com a licitante,



devendo ainda o(s) local(is) de bota-fora para recebimento dos materiais se encontrar(em) dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo – o que deverá ser identificado na fase de **HABILITAÇÃO – CAPACIDADE OPERACIONAL**. (A soma das licenças dos bota-foras deve atingir, pelo menos, 50% do montante a ser registrado, na forma do art. 67, §2º, da L.14.133/2021)

5.4.2. A contratada deverá atender à regulamentação que estabelece a metodologia do serviço a ser executado, na forma da Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos (NOP Inea 35 – Sistema MTR), aprovada pela Resolução Conema nº 79, ou outra que vier a substituí-la ou alterá-la, a qual estabelece as condições de controle da geração, transporte e destinação adequados de resíduos no Estado do Rio de Janeiro, bem como atender à norma NOP-INEA- de emissão de fumaça preta por veículos automotores do ciclo diesel, aprovada pela resolução CONEMA nº. 58 de 13.12.2013.

5.4.3. A Contratada deverá disponibilizar os equipamentos e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo o equipamento, combustível, e ferramentas estarem em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir em até 72 horas aqueles que não atenderem às exigências, mediante notificação da fiscalização;

5.4.4. A empresa vencedora do certame ficará obrigada a apresentar cópia dos documentos do equipamento empregado na execução do contrato, os quais deverão ser entregues sempre que solicitado pela fiscalização, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

5.4.5. A empresa vencedora do certame ficará obrigada a apresentar cópia dos documentos referentes ao licenciamento de cada local de bota-fora utilizado na execução do contrato, os quais deverão ser entregues sempre que solicitado pela fiscalização, no prazo máximo de 24 horas;



5.4.6. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores, pedestres e demais usuários das vias.

5.4.7. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização mediante indicação prévia do setor próprio da Administração de medicina e segurança do trabalho.

5.4.8. A contratada será integralmente responsável pela manutenção das condições ambientais correlatas às licenças dos respectivos terrenos onde serão realizadas as disposições finais, responsabilizando-se pessoalmente pelo passivo ambiental decorrente da disposição final dos resíduos a ela destinados pela contratante.

5.5. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

5.5.1. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com os relatórios de Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos - MTRs, devidamente assinados pelos responsáveis: gerador; transportador e pelo destinador. Deverá ser apresentado o agrupamento de todas os MTRs no Certificado de Destinação Final - CDF, apresentadas mensalmente à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante, as quais levarão em conta exclusivamente os serviços realizados nos Manifestos.

5.5.2. Todo caminhão carregado e todo material transportado deverá estar devidamente alcançado por competente Manifesto de Resíduos - MTR emitido pelo gerador para destinação final no bota-fora da Contratada, onde constarão volume e tipo do material transportado para fins de medição ao final do período de 30 dias ou quando do encerramento dos trabalhos de cada localidade, hipótese em que poderão ser feitos pagamentos em menor período de tempo.



5.5.3. Na hipótese de serviços que se encerrem por etapas ou antes do interregno de 30 dias, poderão ser faturados os Manifestos correspondentes àquelas demandas em específico, sem a necessidade de espera de 30 dias para medição/pagamento.

5.5.4. Não há cronograma físico-financeiro, tampouco previsão de estimativa de desembolso, uma vez que se busca registrar preço para eventual e futura execução de serviços de bota-fora, que podem ter sua execução em volume elevado em determinado período e sem execução em outros, geralmente seguindo acompanhando os períodos de alta e baixa pluviosidade quando dos serviços de desassoreamento, ou ainda disposição de RCC – Resíduos da Construção Civil, somente quando da realização de demolições ou limpeza de imóveis desmoronados.

5.5.5. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário, caso se encontre em fase de execução de serviços.

5.5.6. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de realização dos serviços pelo não atendimento das exigências especificadas neste TR e no Edital acarretará a aplicação de sanções, de acordo com o estabelecido no Edital.

5.5.7. Os documentos relativos aos serviços realizados conforme relatórios de manifestos deverão ser reunidos e encaminhados à fiscalização da unidade contratante até o segundo dia útil do mês seguinte ao trabalhado, acompanhados de planilha com detalhamento dos volumes depositados no bota-fora.

5.5.8. Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de execução, devendo as unidades contratantes manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.



6. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL por lotes.

6.2. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para cada lote específico do serviço a ser futuramente contratado, conforme planilha orçamentária elaborada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, adotando-se itens de planilhas referenciais oficiais e/ou cotação de mercado.

6.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



6.4.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.4.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.4.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.4.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.4.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.4.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7. DA HABILITAÇÃO: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos abaixo discriminados.

7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a– **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A E O B R A S

- b- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).



j- **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

7.2.4- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

7.2.5- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a



todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.7- Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

7.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.9 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

7.2.9.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.2.9.3- Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

7.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



7.3.1- **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.3.2- **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor **da sede do fornecedor**, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.3.3- Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

7.3.4- A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, **poderão** apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

7.3.5- No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

7.3.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

7.3.7- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.3.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total}}$

$$LC = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}}$$

7.3.9- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.3.10- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.3.11- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

7.3.12- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.3.13- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1. A licitante deverá apresentar profissional, regularmente registrado no conselho profissional competente, detentor de **atestado de responsabilidade técnica** firmado por órgão público ou por empresa privada, acompanhado de competente ART ou RRT vinculado, por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação, demonstrando-se sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente, compatível ou de características semelhantes com o objeto da Licitação. **É dispensada a CAT (Certidão de Acervo Técnico)** diante da singularidade do serviço comum de engenharia a ser contratado.



7.4.2. Para fins de comprovação de **capacidade técnico-operacional** da empresa, deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação, **OU** documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº. 14.133/2021.

7.4.2.1. Será dispensada a CAO (Certidão de Acervo Operacional), inovação trazida pela nova lei geral de licitações e contratos administrativos e recentemente regulamentada pelo CONFEA (RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), em razão da complexidade de sua consecução junto aos órgãos de classe, o que tem motivado a desclassificação de diversos licitantes, afastando o princípio basilar da competitividade nas contratações públicas.

7.4.3. A licitante deverá indicar o pessoal técnico, as instalações e o aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.4.4. A licitante deverá comprovar o atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

7.4.5. A licitante deverá comprovar seu registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

7.4.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.4.7. A exigência de atestados será restrita ao item de maior relevância técnica e financeira da formação da ARP, referente a “destinação final de resíduos sólidos em bota-fora”.

7.4.8. Observadas as determinações dos itens 7.4.1 e 7.4.2, deverão ser apresentados atestados com quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o item 7.4.7, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.



- 7.4.8.1.** Será admitida para fins de comprovação de quantitativo mínimo a apresentação e o somatório de diferentes atestados de forma concomitante.
- 7.4.9.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 7.4.10.** Os profissionais indicados pelo licitante por ocasião do atendimento aos itens 7.4.1 e 7.4.3, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, sendo excepcionalmente admitida a substituição tão somente por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente submetida formalmente à Administração para análise e aprovação.
- 7.4.11.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no item 7.4.5. por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 7.4.12.** Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos itens 7.4.1 e 7.4.3.
- 7.4.13.** O edital poderá prever que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de 01 (um) licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.
- 7.4.14.** Na documentação de que trata o item 7.4.1., não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 7.4.15.** O cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.
- 7.4.16.** Na fase de habilitação, a licitante deverá demonstrar que atende às **Condições Mínimas para a Contratação, em especial o que trata o item 5.4.1.**



deste Termo de Referência, a fim de não prejudicar a futura e adequada execução dos serviços a serem contratados.

7.4.17 Devem ser apresentadas certidões de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que habilite a empresa nos ramos de engenharia civil ou arquitetura com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro Estado da federação, será necessário o visto do CREA/CAU-RJ, quando da assinatura do contrato.

7.5. Da Vistoria

7.5.1. Considerando que os serviços a serem prestados independem do local da futura e eventual intervenção executada por esta Secretaria de Infraestrutura e Obras, os quais se resumem à disposição final dos resíduos em bota-fora devidamente licenciado, pertencente à própria licitante ou a terceiros a ela vinculados contratualmente, **NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE VISTORIA.**

7.6. Das Formas de Apresentação da Documentação

7.6.1. A documentação referida no título 7 – DA HABILITAÇÃO, poderá ser:

- a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Lei.
- b) Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.
- c) Dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



7.6.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8. DOS CRONOGRAMAS APRESENTADOS E PAGAMENTOS A SEREM EFETUADOS

8.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo.

8.2. Da liquidação da despesa:

8.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 ou outro que vier a substituí-lo.

8.3. Do pagamento da despesa:

8.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023 ou outro que vier a substituí-lo, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- a) Negativa de Débitos Trabalhistas;
- b) Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- c) FGTS;
- d) PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- e) Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- f) Estadual CND – referente ao ICMS.

8.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no regulamento acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



8.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.5. Os pagamentos serão efetuados conforme a legislação de regência.

8.6. Quando da apresentação das medições, deverá ser observado o normativo incidente, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

8.7. Não serão concedidos reajustes contratuais quando não houver o cumprimento do cronograma proposto pela Administração, não justificado pela fiscalização.

8.8. Na hipótese de atraso no pagamento pela Administração, a aplicação de atualização do valor deverá atender, inicialmente, a legislação que rege a matéria e o menor índice legal previsto.

8.9. Não será admitida a cessão de crédito pela Contratada.

8.10. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota (s) Fiscal(ais) apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº. 2493, de 07 de novembro de 2023.

9. DO REGIME DE GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Considerando tratar-se de execução de serviços comuns de engenharia, a serem eventualmente e futuramente contratados, mediante demanda e disponibilidade orçamentária e financeira, cujos pagamentos são realizados tão somente em relação àqueles serviços prestados a contento, dispensa-se a exigência de garantia de execução de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021.



10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e a legislação residual incidente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Após solicitação formalizada pelo fiscal, com a despesa devidamente empenhada, a contratada deverá disponibilizar os serviços de bota fora, em quantidades suficientes ao atendimento das demandas do Município, em um prazo de até 24 horas.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, seu prazo de vigência será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente. Com o esgotamento do saldo contratual empenhado, entender-se-á por extinto o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, independente da existência de prazo superveniente, quando poderá então ser firmado novo contrato caso a ARP ainda disponha de saldo e guarde vigência.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial com vistas a apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



10.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, a serem indicados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras no momento oportuno, após ratificação da Ata de Registro de Preços e/ou contrato dela decorrente, mediante publicação de Ordem de Serviço no Diário Oficial Eletrônico do Município, observado o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.7. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

10.8. O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, observado o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

10.10. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

10.12. O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



10.13. O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.14. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.16. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

10.17. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.18. O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



10.19. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização com vistas à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.21. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do Contrato.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro



de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará



a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços que forem pactuados neste procedimento licitatório serão irreeajustáveis.

12.2. Todavia, no caso de renovação de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços que ultrapassarem o período de 12 meses, o contratado fará jus ao reajuste contratual anual, o qual terá como base a variação mensal acumulada do Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) tendo a periodicidade anual do reajustamento data-base vinculada à data do orçamento estimado, na forma do art. 25, §7º c/c 92, §3º, da L. 14.133/2021, implementada na forma do art. 136, I, do mesmo diploma.



13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

13.2. A Contratação será atendida pela seguinte dotação:

GESTÃO / UNIDADE	Secretaria de Infraestrutura e Obras
FONTE DE RECURSOS	170500000020
PROGRAMA DE TRABALHO	Lote 1 - 16 004 15 452 0018 2.100 Lote 2 - 16 001 04 122 0001 2.002
ELEMENTO DE DESPESA	339039-40

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4. O orçamento deve estar conformado com o Plano Anual de Contratações, objetivando-se, sobretudo, a sustentabilidade financeira do Município.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

14.1. Considerando tratar-se de serviço contínuo de disposição final de resíduos sólidos provenientes das ações de competência da Administração (obras, desassoreamento, etc), cujas medições são realizadas exclusivamente em relação ao volume de material colocado em bota-fora, inexistindo um escopo/objeto único a ser entregue, não há como parametrizar termo de recebimento provisório ou definitivo.

14.2. Das condições de qualidade dos serviços

14.2.1. Deverão ser atendidos os preceitos da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como os artigos 89 e 119 da Lei n.º 14.133/2021 e jurisprudência do TCU, bem como as orientações técnicas do IBRAOP e demais normas técnicas, em especial a ABNT NBR 15.575 – norma de desempenho.



14.2.2. A responsabilidade da contratada e seu responsável técnico na execução dos serviços de engenharia é objetiva, cabendo-lhes eventuais provas de exclusão de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.368.553,20 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)** conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo proponente deverá ser apresentada juntamente com a planilha de custos nos moldes da planilha orçamentária referência da Administração.

16.2. O local do bota-fora obrigatoriamente deverá estar inserido dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo – RJ.

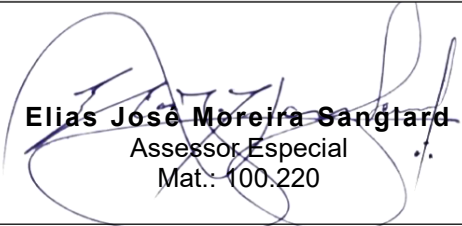

16.3. O RGI do imóvel onde será depositado o material poderá estar em nome de terceiros, porém o licenciamento deverá estar vinculado à empresa participante da licitação, podendo ser apresentado contrato formalizando o acordado entre o titular do imóvel e a licitante contratada que irá utilizar o espaço para o bota-fora.

16.4. Deverá ser realizado o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, na forma do art. 82, VII e §5º, VI, da Lei 14.133/2021.

17. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO


17.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 10 de fevereiro de 2026.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
 Elias José Moreira Sanglard Assessor Especial Mat.: 100.220	 Jeferson Pires Aragão Subsecretário Municipal de Infraestrutura Pública Matrícula 63.784

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:



Bernardo Coelho Verly
Secretário de Infraestrutura e Obras
Matrícula 62.009